



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Dell'Aglio Dalbosco, Débora; Hutz, Claudio Simon
Padrões Evolutivos na Utilização dos Princípios de Justiça Distributiva em Crianças e Adolescentes
no Sul do Brasil
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 14, núm. 1, 2001, pp. 97-106
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18814108>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Padrões Evolutivos na Utilização dos Princípios de Justiça em Crianças e Adolescentes no Sul do Brasil

Débora Dalbosco Dell'Aglio^{1 2 3}

Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Claudio Simon Hutz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O presente artigo descreve uma investigação sobre o uso de princípios de justiça distributiva em crianças e adolescentes em situações hipotéticas de distribuição de recompensa. Foram entrevistadas 680 crianças e adolescentes dos sexos, sendo 240 da faixa etária de cinco a seis anos, 220 de nove a dez anos e 220 de 13 a 14 anos, e o instrumento utilizado foram mini-histórias, acompanhadas de desenhos que apresentavam diferentes comportamentos dos personagens em diversas situações. Os resultados apontaram três estágios evolutivos, caracterizados pelas regras de autoridade, igualdade e equidade. Como esperado, crianças de cinco a seis anos utilizaram predominantemente as regras de autoridade e igualdade, as de nove a dez anos, regras de igualdade e, os adolescentes, regras de equidade. As regras permitiram também a identificação de sub-estágios em cada estágio. A sequência evolutiva de níveis dos princípios de justiça distributiva encontradas apoiam o modelo piagetiano.

Palavras-chave: Justiça distributiva; equidade; igualdade.

Developmental Patterns in the Use of Distributive Justice Principles by Southern Brazilian Children and Adolescents

Abstract

The present study investigated developmental patterns of use of distributive justice principles by children and adolescents in hypothetical situations that required distribution of rewards. The participants were 680 children and adolescents of both genders, 240 of whom were 5-6 years old, 220 9-10 years old, and 220 13-14 years old. The interview instrument used were mini-stories and drawings which depicted different situations of performance. The results showed three stages characterized by the rules of authority, equality, and equity. As expected, young children employed rules of authority and equality, children of 9 to 10 years used mostly rules of equality, whereas the adolescents preferred equity. The differential usage of rules allowed the identification of sub-stages within each stage. The sequence of developmental levels of distributive justice principles found coherent with Piaget's model.

Keywords: Distributive justice; equality; equity.

O estudo psicológico do conceito de justiça remonta a década de 1930 (Piaget, 1932/1977) e tem produzido uma literatura extensa e, por vezes, controversa (Adams, 1965; Deutsch, 1975, 1986; Furby, 1986; Lerner, 1974;

Vários princípios distributivos foram propostos para explicar as formas de alocação de recursos por pessoas ou grupos. A teoria da justiça, cujo princípio de equidade, cujo

de recursos seja baseada no grau de necessidade dos agentes envolvidos; isto é, cada indivíduo recebe de acordo com suas necessidades e não com base em suas contribuições.

Diversos fatores influenciam na escolha do princípio a ser usado na distribuição de recursos. Entre eles, destacam-se fatores referentes às características situacionais (complexidade da tarefa, incentivos, papel do alocador como participante ou terceira parte, objetivos propostos, informações fornecidas, etc.), fatores relativos à pessoa (atributos genéticos ou de aprendizagem tais como idade, sexo, raça, desenvolvimento cognitivo, entre outros), ou ainda, referentes à cultura e à ideologia predominante na sociedade, além de outras situações específicas, tais como competitividade ou de cooperação, valor dos recursos a serem distribuídos, presença ou ausência de autoridade (Cook & Hegtvædt, 1983; Hook, 1983; Hook & Cook, 1979; Vikan, 1986).

A literatura sobre o comportamento de alocação da criança é ainda muito escassa. No entanto, pesquisas recentes sobre comportamento pró-social sugerem que a criança desenvolve a compreensão social muito cedo em sua vida e que este desenvolvimento afeta suas idéias de justiça (Wender, 1986).

Piaget (1932/1977), que foi um dos primeiros a estudar justiça distributiva em crianças, apresentou um modelo de desenvolvimento de justiça distributiva em três grandes estágios. No primeiro, que se estende até sete ou oito anos, a criança atribui a justiça à autoridade dos adultos ou das crianças mais velhas, havendo uma indiferenciação das noções de justo e de injusto com as noções de dever e de obediência: o justo é o que está de acordo com as ordens impostas pela autoridade adulta. No segundo estágio, entre oito e 11 anos, há um desenvolvimento progressivo da autonomia e a primazia da igualdade sobre a autoridade. O igualitarismo desenvolve-se e prevalece sobre outras considerações. No conflito entre autoridade e igualdade, como regra, a

mas justificada por características externas, como sexo, ou outras características físicas da criança. No Nível 1-A (cinco a sete anos), a justiça é baseada em uma noção de igualdade e todos devem receber o mesmo, independentemente de unilateral e inflexível. A justiça só depende da reciprocidade nas ações no Nível 1-B (sete a dez anos), quando a criança acredita que aqueles que fizeram mais ou melhor que outros devem receber mais. No Nível 2-A (oito a dez anos), a relatividade é baseada no entendimento de que diferentes pessoas têm diferentes justificativas para seus direitos. Finalmente, no Nível 2-B, após os dez anos, a criança mostra preferência por nenhum princípio pois reconhece a necessidade de reconhecê-los e coordená-los sistematicamente.

Kohlberg (1984) apresenta um modelo de desenvolvimento da justiça onde a justiça distributiva é feita baseada em três princípios: igualdade, mérito e equidade. No primeiro estágio de moralidade heterônoma, a justiça é baseada em igualdade estrita mas com obediência à autoridade. No segundo estágio, surge a reciprocidade entre igualdade e reciprocidade enquanto no terceiro estágio a criança já considera as normas sociais como base para a distribuição e coordena entre as noções de igualdade, reciprocidade e equidade. No quarto estágio a criança baseia a distribuição na coordenação das operações de justiça do estágio anterior, incluindo imparcialidade, respeito às instituições e consideração ao mérito social e contribuições. No quinto estágio as operações de justiça são baseadas em torno do respeito aos direitos humanos e na hierarquia racional de direitos e valores. No sexto estágio, processos de cooperação e concordância são utilizados. No último estágio, o princípio da equidade é baseado no reconhecimento de diferenças de necessidades.

Hook (1982) sugere que o desenvolvimento da justiça julgamento de justiça da criança tem estreita relação com a habilidade matemática e com o desenvolvimento da proporcionalidade, afirmando que somo

Diversas pesquisas têm focado o comportamento da criança em relação à justa alocação de recursos. Os resultados têm, em geral, identificado uma direção relacionada à idade na escolha do princípio de distribuição. As crianças passam de um período em que prevalecem as alocações baseadas no auto-interesse para um período de igualdade, surgindo depois a ênfase no princípio de equidade (Hook & Cook, 1979; Wender, 1986). Sales (2000) também demonstra uma evolução, na utilização dos princípios de justiça distributiva, passando da igualdade para o princípio de equidade, que é acompanhada do desenvolvimento da autonomia. No entanto, os resultados e os princípios utilizados variam, de acordo com as situações utilizadas nos diferentes estudos.

Vikan (1986) investigou a alocação de recursos em tarefas que apresentavam diferenças na produção, no esforço e na contribuição relativa de cada sujeito. Seus resultados mostram que a maioria das crianças, em diferentes faixas etárias, usou a igualdade quando havia diferenças de esforço e a equidade quando a diferença era somente na produção. Peterson e cols. (1975) apresentaram histórias sobre diferenças no desempenho para crianças pré-escolares e os resultados mostraram uma preferência pela igualdade na alocação das recompensas. Esta preferência se manteve tanto na situação em que a diferença no desempenho era qualitativa como quando era quantitativa, moderada ou grande ou expressa em comprimento ou área. Em estudos brasileiros (Hutz, Vargas & Conti, 1989, 1991, 1994) com estudantes universitários, houve predominância do uso da regra de igualdade em praticamente todas as situações, embora o uso da regra da equidade ocorresse quando sua utilização não gerasse uma distribuição desigual.

Diferenças de gênero na alocação de recursos tem sido encontradas, mas de forma inconsistente. Algumas pesquisas indicaram que meninos apresentam uma maior preferência por equidade do que meninas (Benton, 1971;

utilização de outro princípio que
de entender.

O presente artigo apresenta
crianças e adolescentes de
manipulando as variáveis qu
trabalho. Para isso, procurou-
criança pudesse dividir os recu
hipoteticamente, através d
aparecessem diferentes condi
uma recompensa. Além disso
situação, solicitando aos part
justiça de uma distribuição (igu
feita por uma professora. No
utilização desse conjunto de
identificar com mais clareza o
Quando solicita-se a crianças e
(como nos estudos de Dar
possível identificar a submiss
Quando a criança apenas jul
são confundidas. O emprego
e ação deve permitir a identifi
completo de desenvolvimen
distributiva.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa 60
sexo, divididas em três faixas et
a sete anos incompletos ($M=7,5$
de nove a 11 anos incompletos
adolescentes de 13 a 15 anos
($M=14,5$, $dp=0,57$). Todos eram alunos
estadual e municipal da cidade
socio-econômico da amostra
As crianças de cinco a seis a
escola; as de nove e dez a
série; as de 13 e 14 anos a
Primeiro Grau.

dois quadros com capricho e o outro pinta a mesma quantidade de quadros mas sem vontade, apresentando uma situação de diferença de qualidade na execução do trabalho (pinturas mais bonitas). Na terceira história, não há diferença nem na quantidade nem na qualidade da produção. A quarta história é similar à segunda. Um dos personagens pinta três quadros com capricho e o outro pinta a mesma quantidade de quadros mas sem vontade, apresentando também uma situação de diferença de qualidade na execução do trabalho. Esta condição, por apresentar o mesmo número de quadros usados nas histórias um e três permite controlar o efeito da desproporcionalidade introduzida na história dois. Cada história é acompanhada de um desenho de acordo com a situação apresentada (Anexo A).

Procedimento

O instrumento foi aplicado individualmente a cada participante. Era contada a mini-história selecionada, apresentando ao mesmo tempo a figura de acordo com a condição envolvida. A história, condição e situação a ser aplicada era escolhida aleatoriamente para cada criança, até o limite de dez crianças. Após contar a história era solicitado à criança que distribuisse a recompensa (seis balas) entre os dois personagens, colocando as balas sobre as figuras. Nas situações em que a professora fazia a distribuição da recompensa, as balas eram colocadas sobre as figuras pelo entrevistador, de acordo com a distribuição selecionada.

Na situação em que a criança fazia a distribuição, era investigada a razão de sua distribuição, perguntando depois porque a fez daquela maneira. Na segunda situação, as histórias foram apresentadas com uma distribuição realizada pela professora, que poderia seguir o princípio da igualdade (distribuição 3/3), o princípio da equidade (distribuição 4/2) ou ainda um princípio injusto (distribuição 2/4, premiando quem produzia menos ou pior), solicitando que a criança julgasse o fim

distributiva apresentado na primeira res-
justificativas.

As categorias de princípios, definidas
as seguintes:

Autoridade: quando a criança con-
distribuição apresentada, sem no entant
tal distribuição estava certa ou ainda te
porque a professora distribuiu a reco
forma.

Igualdade: quando a criança conside
personagens deviam receber a mesm
desconsiderando diferenças existentes
na qualidade do trabalho, enfatizando
algum aspecto.

Equidade: quando a criança considera
quantidade (maior número de quadros)
(quadros mais bonitos), para distribui
resultando em diferentes quantid
personagem.

Outro: quando a criança apresentava
distribuição não fazia sentido ou ai
enquadrasse em nenhum dos princípio

Resultados

As respostas das crianças foram cla
dos princípios e foram realizadas anális
frequências de utilização de cada princí
diferentes situações de finalizaçã
considerando as variáveis faixa etária,
experimentais (diferença na quantida
qualidade e igualdade de produção).

Uso de Princípios de Justiça Distributiva n
Criança faz a Distribuição: Nesta situaç
indicaram um predomínio na utilizaçã
igualdade nas faixas etárias de cinco-
respostas desta faixa) e de nove-dez
predomínio do princípio de equidade n
(50,22%). E

Tabela 1. Frequência de Utilização dos Princípios Distributivos por Faixa Etária nas Situações de Distribuição Igualitária e Equitativa

| Princípios | Faixas 5-6 | Etárias 9-10 | 13-14 | Total |
|------------|---------------|-----------------|-------|-------|
| Autoridade | 41 | 2 | - | 43 |
| Igualdade | 34 | 57 | 39 | 130 |
| Equidade | 24 | 39 | 61 | 124 |
| Total | 99 | 98 | 100 | |

das respostas de autoridade). O princípio de igualdade predominou na faixa etária de 9-10 anos (43,8%) e o de equidade na faixa de 13-14 anos (49,2%).

Uma análise por faixa etária mostrou que na faixa de 5-6 anos houve diferença significativa entre o uso da autoridade e da equidade ($X^2 = 4,44$; $gl = 1$; $p < 0,04$). Na faixa de 9-10 anos, predominou o uso da igualdade com 58,1% do total de respostas e houve diferença significativa entre os princípios ($X^2 = 48,14$; $gl = 2$; $p < 0,01$). Na faixa de 13-14 anos, a diferença no uso dos princípios distributivos também foi significativa ($X^2 = 57,26$; $gl = 2$; $p < 0,01$), com predomínio do uso da regra de equidade com 61% do total de respostas.

Na análise por condições houve maior frequência do princípio de equidade, na condição de diferença na qualidade (61,5%) com diferenças significativas entre os princípios ($X^2 = 42,92$; $gl = 2$; $p < 0,01$). Na condição de diferença na quantidade (condição 1) e na condição de igualdade (condição 3) predominou o princípio de igualdade com 51,6% e 68,3% das respostas, respectivamente. Houve diferença significativa entre as respostas na condição de diferença na quantidade ($X^2 = 23,15$; $gl = 2$; $p < 0,01$) e diferença significativa entre as respostas na condição de igualdade ($X^2 = 34,3$; $gl = 2$; $p < 0,01$).

Na Tabela 2 podemos observar os efeitos das

Na faixa etária de 5-6 anos a utilização do princípio de igualdade foi a mais utilizada, representando 44% das respostas. Na faixa de 9-10 anos, a utilização do princípio de igualdade foi a mais utilizada, representando 44% das respostas. Na faixa de 13-14 anos, a utilização do princípio de equidade foi a mais utilizada, representando 49,2% das respostas. A diferença entre as proporções de utilização do princípio de igualdade (45,8% e 17,5%) e do princípio de equidade (10,2% e 45%) foram significativas para igualdade e $Z = 3,97$; $p < 0,01$.

Observou-se que na faixa etária de 5-6 anos o princípio de igualdade foi o mais utilizado nas situações, e na faixa etária de 9-10 anos o princípio de equidade foi o mais utilizado nas situações apresentadas, nas situações apresentadas, não houve diferenças significativas para nenhum princípio.

Uso dos Princípios de Justiça Distributiva Injusta: Nesta situação, a distribuição injusta foi apresentada. Na faixa etária de 5-6 anos não reconheceram a injustiça e a distribuição apresentada. Em 13-14 anos predominou o uso da igualdade com 51,6% das respostas. Em 13-14 anos predominou a equidade com 61% das respostas.

Foram encontradas diferenças significativas entre as respostas nesta situação, apontando para a utilização do princípio de igualdade pelas meninas (50%) do que pelos meninos (45%) ($Z=2,23$; $p < 0,05$) e um maior uso do princípio de equidade pelos meninos (51,6%) do que pelas meninas (45,8%) ($p < 0,05$). Na análise por condições houve diferenças significativas entre as respostas tanto na condição de diferença na quantidade (condição 1) quanto na condição de diferença na qualidade, predominando o uso do princípio de equidade (53,3% e 55,9% das respostas). Na condição de igualdade na quantidade (condição 3) predominou a utilização do princípio de igualdade com 68,3% das respostas.

Diferenças na Utilização de Princípios Distributivos

Tabela 3. Frequência de Utilização dos Princípios Distributivos nas Diferentes Situações

| Princípio | Situações | | | |
|------------|-------------------------------|--------------------------------|----------------|-----------------|
| | Criança Faz a Distribuição | Criança Julga uma Distribuição | | |
| | | Distrib.Igual. | Distrib.Equit. | Distrib.Injusta |
| Autoridade | - | 27 | 16 | 24 |
| Igualdade | 116 | 82 | 48 | 75 |
| Equidade | 61 | 68 | 56 | 80 |
| Total | 177 | 177 | 120 | 179 |

situações em que a criança fez a distribuição da recompensa, e nas situações em que a criança julgou uma distribuição (situações de distribuição igualitária, equitativa ou injusta).

O princípio de autoridade, que obviamente só pode ser identificado nas situações em que a criança julga uma distribuição apresentada, não foi utilizado diferencialmente entre as demais situações ($X^2 = 2,89$; $g/l = 2$; $p < 0,24$). O uso do princípio de igualdade, que predominou na situação em que a criança realizava a distribuição, com 36,1% das respostas igualitárias, apresentou diferenças significativas entre as situações experimentais ($X^2 = 29,26$; $g/l = 3$; $p < 0,01$). A maior frequência de utilização do princípio de equidade ocorreu na situação de distribuição injusta, com 30,2% das respostas equitativas, mas não houve diferença significativa entre as situações.

Observando-se os resultados por faixa etária, foram encontradas diferenças significativas entre as situações, no uso do princípio de igualdade, na faixa etária de 5-6 anos ($X^2 = 34,25$; $g/l = 3$; $p < 0,001$), com uma maior frequência nas situações em que a criança fazia a distribuição e na situação de distribuição igualitária (47,4% e 27,8% respectivamente). Também houve diferença significativa ($X^2 = 8,37$; $g/l = 3$; $p < 0,05$) na utilização do princípio de equidade, na faixa de cinco-seis anos, predominando nas situações de distribuição equitativa e injusta (33,3% e 35,2% das respostas respectivamente). Nas demais faixas etárias

independentes sexo, faixa etária, condição de trabalho, quantidade ou melhor qualidade do trabalho, situação de distribuição (distribuição feita pelo sujeito, distribuição igualitária, equitativa ou injusta). Eliminou-se desta análise o princípio de igualdade do trabalho, pois a distribuição foi sempre igual para os personagens.

A primeira análise mostrou que as diferenças entre as condições e de situação não foram significativas ($F(3,431) = 2,6$; $p > 0,09$, respectivamente). Não houve diferença significativa entre as faixas etárias (médias de 0,72; 1,0; 1,3 e 1,6 para as faixas de 5-6, 9-10 e 13-14 anos respectivamente) significativa [$F(2,431) = 10,79$; $p < 0,01$]. Houve um aumento progressivo das médias, com uma utilização crescente da regra de equidade. Um teste para exame de diferenças a posteriori mostrou que a diferença entre a faixa de 5-6 anos e a faixa de 13-14 anos é significativa ($p < 0,01$).

A equidade, na condição 2 (distribuição feita pelo sujeito), foi significativamente maior do que na condição 1 (distribuição feita pelo avaliador) [$F(1,431) = 21,19$; $p < 0,01$], e as interações entre faixa etária e condições e entre faixa etária e situações foram significativas [$F(2,431) = 6,1$; $p < 0,01$ e $F(2,431) = 10,79$; $p < 0,01$, respectivamente]. Nenhuma das interações foi significativa.

Na análise por faixa etária, observou-se uma diferença significativa [$F(3,152) = 12,0$; $p < 0,01$]. Não houve diferença significativa entre as situações de distribuição igualitária e equitativa dos cinco-seis anos, entre as situações de distribuição equitativa e injusta dos

| Faixa Etária | Grupo 1 (Quadrado) | Grupo 2 (Círculo) | Grupo 3 (Triângulo) |
|--------------|--------------------|-------------------|---------------------|
| 5-6 anos | 48 | 45 | 40 |
| 9-10 anos | 82 | 0 | 65 |

distribuição, os dados indicaram a predominância no uso do princípio de autoridade na faixa etária de 5-6 anos, do princípio de igualdade na faixa de 9-10 anos e do princípio de equidade na faixa de 13-14 anos. As diferenças apresentadas entre as faixas etárias indicaram um padrão evolutivo na utilização dos princípios distributivos utilizados. Os dados indicaram que as crianças menores utilizaram principalmente a autoridade e a igualdade, as de nove a dez anos preferiram a igualdade e os adolescentes, a equidade. Estes resultados estão de acordo com os achados de Piaget (1932/1977), que também apresenta três períodos diferentes no desenvolvimento da justiça distributiva.

Os níveis descritos por Damon (1975) diferem qualitativamente deste estudo pois apresentam princípios que não foram identificados na nossa amostra e não há referência ao princípio da autoridade em seu modelo. Como a autoridade foi aqui identificada como um princípio preponderante na faixa de cinco a seis anos, é possível que Damon não o tenha identificado pelas limitações metodológicas de seu estudo.

Neste estudo os resultados indicaram que em algumas situações (criança faz a distribuição e na situação em que é apresentada uma distribuição injusta) há um predomínio no uso da regra de equidade na condição de diferença na qualidade de trabalho (crianças acima de nove anos), contrariando estudos realizados com crianças e adultos. Vikan (1986), Peterson e cols. (1975), Hutz, Vargas e Conti (1989, 1991, 1994) indicaram, em seus estudos, preferência pela igualdade em qualquer condição.

Não foram encontradas diferenças significativas de gênero, exceto na situação de distribuição injusta, em que as meninas utilizaram o princípio de igualdade com mais frequência e os meninos utilizaram o princípio de equidade com mais frequência. Esta tendência de maior uso da igualdade pelas meninas e da equidade pelos meninos foi apontada em estudos anteriores por Benton (1971) e Leventhal e Anderson (1970). Nas demais situações e na

adulta. Já nas demais faixas etárias, os sujeitos utilizaram o princípio que acreditavam ser o mais justo, deixando influenciar em suas respostas os resultados de Sales (2000), que demonstrou o desenvolvimento progressivo da autonomia e a gradativa do princípio de igualdade para a equidade.

As justificativas das respostas das crianças e a identificação de sub-estágios, bem como a possibilidade de descrever de forma mais detalhada que nível de raciocínio se encontra em cada situação apresentada pela criança ao fazer a distribuição de recompensa ou ao julgar uma distribuição injusta. Estes sub-estágios apresentam um padrão evolutivo demonstrado por correlações elevadas entre as faixas etárias. Verificou-se que a maioria das crianças utilizam o princípio da autoridade, a igualdade e a distribuição igualitária e equitativa, sendo a maioria no estágio 1A. Nestas situações as crianças concordaram com a distribuição apresentada e não conseguiram explicar, pois para elas o que é feito é justo e a autoridade é justo por princípio.

Quanto aos sub-estágios do princípio de autoridade, verificou-se diferenças nas frequências de uso entre a situação em que a criança faz a distribuição de recompensa e as situações em que a criança julga a distribuição. Na situação em que a criança faz a distribuição não é possível identificar o princípio utilizado, desta forma, a frequência das respostas foi classificada na maior na faixa de cinco a seis anos, em seguida classificadas no sub-estágio 2, no qual a criança não consegue justificar sua distribuição.

Os sub-estágios 3 e 4 de igualdade e equidade foram encontrados na faixa etária de nove a dez anos, quando as crianças já apresentavam argumentos que fundamentavam o princípio utilizado. Observou-se que o sub-estágio 3, o último identificado para descrever a distribuição de igualdade, apresentou maior frequência de uso na faixa etária de nove a dez anos, sendo

mesma evolução no uso dos princípios que nas demais situações, levando à conclusão de que o princípio utilizado para reparar a injustiça é o mesmo utilizado para determinar a distribuição nas demais situações. No entanto, pode-se também observar que o princípio de equidade alcançou uma frequência superior na situação de distribuição injusta, nas faixas etárias de cinco a seis anos e de nove a dez anos, nos dois tipos de condições estudados. Este resultado poderia indicar que, frente a uma situação de distribuição injusta, as crianças usariam mais o princípio de equidade como forma de reparar a injustiça.

A capacidade (ou sua presumível ausência) da criança em usar proporção na distribuição da recompensa não afetou a utilização dos princípios distributivos nas condições empregadas neste estudo. Observou-se que as crianças, nas três faixas etárias, foram capazes de usar distribuições equitativas em todas as condições apresentadas. Estes dados contrariam a proposição de Hook (1982) de que a equidade proporcional surge somente a partir dos 13 anos, quando a capacidade de usar proporções se desenvolve. Nossos resultados concordam, no entanto, com Leventhal, Popp e Sawyer (1973), Nelson e Dweck (1977) e Anderson e Butzin (1978), que também apontam a possibilidade da criança pré-escolar usar a equidade na alocação de recompensa.

Os resultados deste estudo permitem concluir que há evidências suficientes para confirmar a existência de três períodos distintos no desenvolvimento da justiça distributiva, bem como a existência de sub-estágios em cada um destes períodos. Os estágios e os sub-estágios, além de bem caracterizados, são consistentes, podendo ser observados nas diferentes situações e condições estudadas. Dessa forma, pode-se também concluir que, mesmo com variações na metodologia utilizada, usando-se situações em que a criança faz a distribuição ou situações em que julga distribuições, ou ainda usando como variável a quantidade ou a qualidade na produção, pode-se chegar

Cook, K. S. & Hegtveldt, K. A. (1983). D. I. lity. *Annual Review of Sociology*, 9, 21.

Damon, W. (1975). Early conceptions of development of logical operations.

Deutsch, M. (1975). Equity, equality value will be used as the basis of *Issues*, 34, 137-149.

Deutsch, M. (1986). Cooperation, conflict. R. L. Cohen & J. Greenberg (Orgs.), 17. New York: Plenum Press.

Enright, R. D., Franklin, C. C. & Manheim, F. (1979). Distributive justice reasoning: A study. *Developmental Psychology*, 16, 193-202.

Enright, R. D., Enright, W. F., Manheim, F. (1979). Distributive justice development and socialization. *Journal of Research in Personality*, 16, 555-563.

Furby, L. (1986). Psychology and justice. In *The social sciences* (pp. 153-203). New York: Academic Press.

Hook, J. G. & Cook, T. D. (1979). Equity and justice in children. *Psychological Bulletin*, 86, 40-54.

Hook, J. G. (1982). Development of equity and justice in children. *Journal of Experimental Research in Personality*, 16, 1-10.

Hook, J. G. (1983). The development of equity and justice in children. In R. L. Leahy (Org.), *The child's construction of reality*. New York: Academic Press.

Hutz, C. S., Vargas, S. & Conti, L. (1985). Desenvolvimento da justiça distributiva em crianças universitárias: Efeito da temporalidade. *Anais da Sociedade Brasileira de Psicologia*, 29, 1-10.

Hutz, C. S., Vargas, S. & Conti, L. (1991). A justiça distributiva em crianças: A equidade e a equidade. *XXIII Interamerican Congress of Psychology*, 134, 331-338.

Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development*. Boston: Univ. of Harvard Press.

Lane, I. M. & Coon, R. C. (1972). Reward and punishment. *Child Development*, 43, 1382-1389.

Lerner, M. J. (1974). The justice motivation in children. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 1-10.

Leventhal, G. S. & Anderson, D. (1970). The development of equity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 18, 1-10.

Peterson, C., Peterson, J. & McDonald, K. (1977). Allocation by preschool children. *Journal of Experimental Research in Personality*, 11, 1-10.

Piaget, J. (1977). *O julgamento moral na criança*. Mestre Jou. (Trabalho original publicado em 1958).

Rodrigues, A. (1985). *A percepção da justiça distributiva em crianças*. (Relatório Técnico). ISOP/FGV.

Sobre os autores:

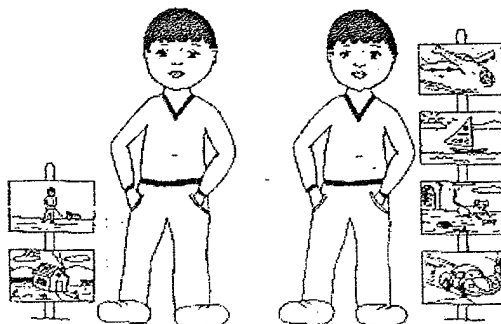
Débora Dalbosco Dell'Aglio é psicóloga, com Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS, e professora do Curso de Psicologia da UNISINOS-RS.

Cláudio Simon Hutz é psicólogo, Professor Titular do Instituto de Psicologia da UFRGS.

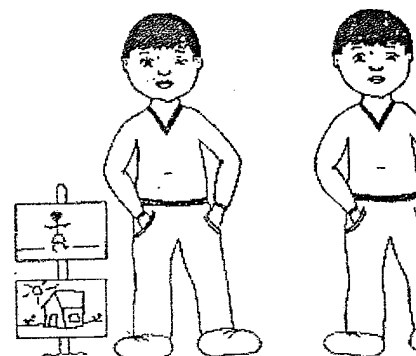
Anexo A

Desenhos Utilizados nas Situações Experimentais

Desenho 1: Condição de Diferença na Quantidade (4/2)



Desenho 2: Condição de Diferença na Qualidade



Desenho 3: Condição de Diferença de Qualidade (3/3)



Desenho 4: Condição de Igualdade

